

**GESTÃO INTEGRADA BASEADA EM
SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS DO
CORREDOR BINACIONAL DO IGUAÇU**



An aerial photograph of a large waterfall cascading into a pool of water. A vibrant rainbow is visible in the mist rising from the falls. The surrounding landscape is a dense, lush green forest. In the upper portion of the image, a wide river or lake is shown, with a long, narrow bridge or causeway crossing it. The water in this area appears slightly turbid. The overall scene is a natural, scenic landscape.

CONSERVAÇÃO

SEM FRONTEIRAS

FICHA TÉCNICA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Presidente: Ricardo Soavinski

Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs

Diretor: Cláudio Maretti

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Diretor: Paulo Henrique Carneiro

Parque Nacional Iguaçu (Brasil)

Chefe: Ivan Carlos Baptiston

Parque Nacional Iguazú (Argentina)

Intendente: Sergio Arias Valdecantos

WWF-BRASIL

Diretor executivo: Maurício Voivodic

Programa Mata Atlântica e Marinho

Coordenadora: Anna Carolina Lobo

AGRADECIMENTOS

A produção deste material foi possível graças a:

Tamoios Inteligência Geográfica

Dr. Fernando Henrique de Sousa – Coordenação Geral

Msc. Luciana Carla Sagi – Especialista Sênior em Turismo e Capacidade Institucional

Dr. Peter Herman May – Especialista Sênior em Economia dos Serviços Ecosistêmicos

Dra. Marcela StuckerKropf – Especialista Sênior em Gestão de Parques Transfronteiriços

Eng. Marco Giorgio – Engenheiro Agrônomo

Guilherme Lima – Economista Especialista em Economia dos Serviços Ecosistêmicos

Pedro Luiz Cazella Fogaça – Biólogo

WWF – Brasil

Daniel Arrifano Venturi – Analista de Conservação

Diogo Campos Versari

Fabricio Scarpeta Matheus

FOTO DE CAPA

© Marcela Kropf

GESTÃO INTEGRADA BASEADA EM SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS DO CORREDOR BINACIONAL DO IGUAÇU

SUMÁRIO



CONTEXTUALIZAÇÃO

- Gestão integrada baseada em serviços ecossistêmicos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu
- Ecorregião Florestas do Alto Paraná
- Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil) e Iguazú (Argentina)– Guardiões da Biodiversidade

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ALÉM DAS FRONTEIRAS

- Construção da ideia de conservação transfronteiriça
- Novo paradigma para as áreas protegidas
- Instituições e nomenclaturas internacionais
- Evolução da cooperação

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (BR) E IGUAZÚ (AR)

- Diagnóstico e oportunidades para cooperação
- Áreas potenciais para cooperação

ESTRATÉGIAS DE MANEJO INTEGRADO BASEADO EM SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

- Boas práticas internacionais
- Viagens de aprendizado

ATIVIDADES PARA FORTALECIMENTO DA REDE DE COOPERAÇÃO

- Visitas técnicas de integração entre produtores rurais de Andresito e Capanema
- Intercâmbio entre as equipes dos Parques e Concessionárias de cada país
- Atividade conjunta de limpeza do Rio Iguaçu no Dia Mundial da Água
- Oficina de revisão do plano de manejo brasileiro na Argentina
- Encontro “Cooperação sem Fronteiras: áreas protegidas próximas a limites internacionais”

FORMALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DA COOPERAÇÃO

- Carta de Intenções
- Plano de Implantação da Cooperação
- O caminho adiante



CONTEXTUALIZAÇÃO

Gestão integrada baseada em serviços ecossistêmicos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu

Iniciados em 1998, os trabalhos de elaboração da Visão de Biodiversidade para Ecorregião de Florestas do Alto Paraná, buscou contribuir para o planejamento das ações prioritárias de conservação para a região.

Com sua conclusão em 2003, a região do Parque Nacional do Iguaçu (Brasil) e Parque Nacional Iguazú (Argentina), que juntos formam um contínuo maior que 250 mil hectares foi considerada a principal área núcleo do corredor, e consequentemente apontada como área prioritária para ações de desenvolvimento regional sustentáveis.

Sobre esta ótica, o trabalho apresentado a seguir foi viabilizado através da parceria entre o WWF-Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disso, contou com a colaboração da Fundación Vida Silvestre Argentina (FVSA) e das instituições gestoras dos dois Parques, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e a Administração de Parques Nacionais (APN).

As atividades foram divididas em dois eixos temáticos principais:

Aprimoramento da cooperação entre atores da conservação do corredor envolvendo o Parque Nacional do Iguaçu (BR) e o Parque Nacional



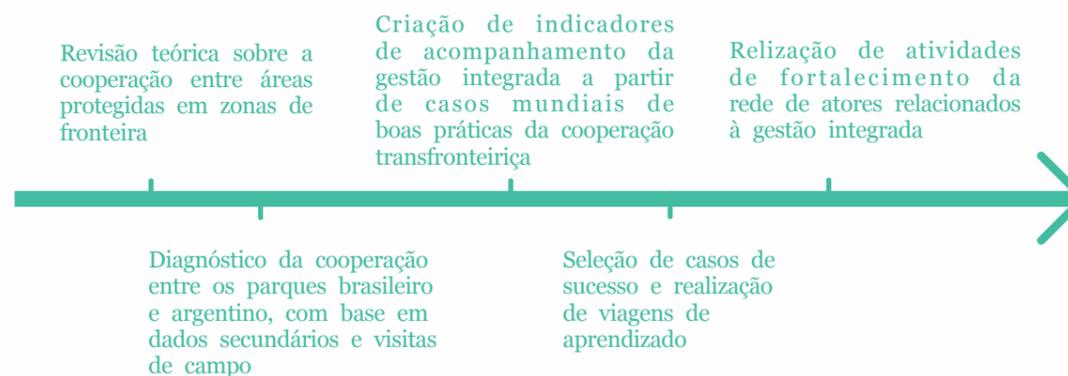
Diretores da APN e ICMbio, e os chefes dos Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú, durante workshop promovido pelo projeto.

Mapeamento de atividades econômicas voltadas para a conservação no entorno do parque e fomento a seu desenvolvimento.

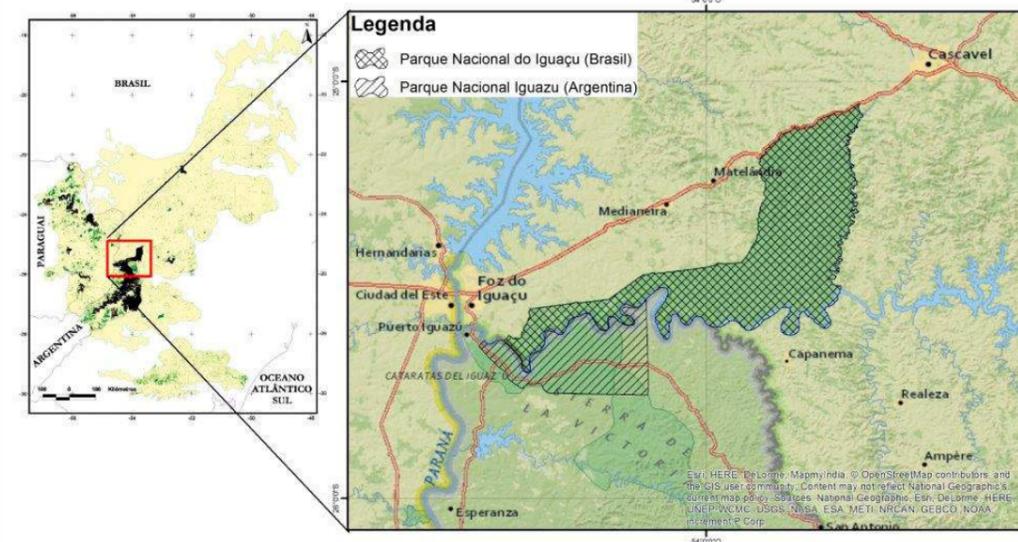


Área de cultivo às margens do Rio Iguaçu. Ao fundo floresta do Parque Nacional do Iguaçu, município de Capanema-PR.

O estudo de gestão integrada entre os Parques Nacionais do Iguaçu (BR) e Iguazú (AR) para conservação e promoção de atividades baseadas em serviços ecossistêmicos como estratégia de manejo foi realizado de acordo com as atividades indicadas abaixo:



ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

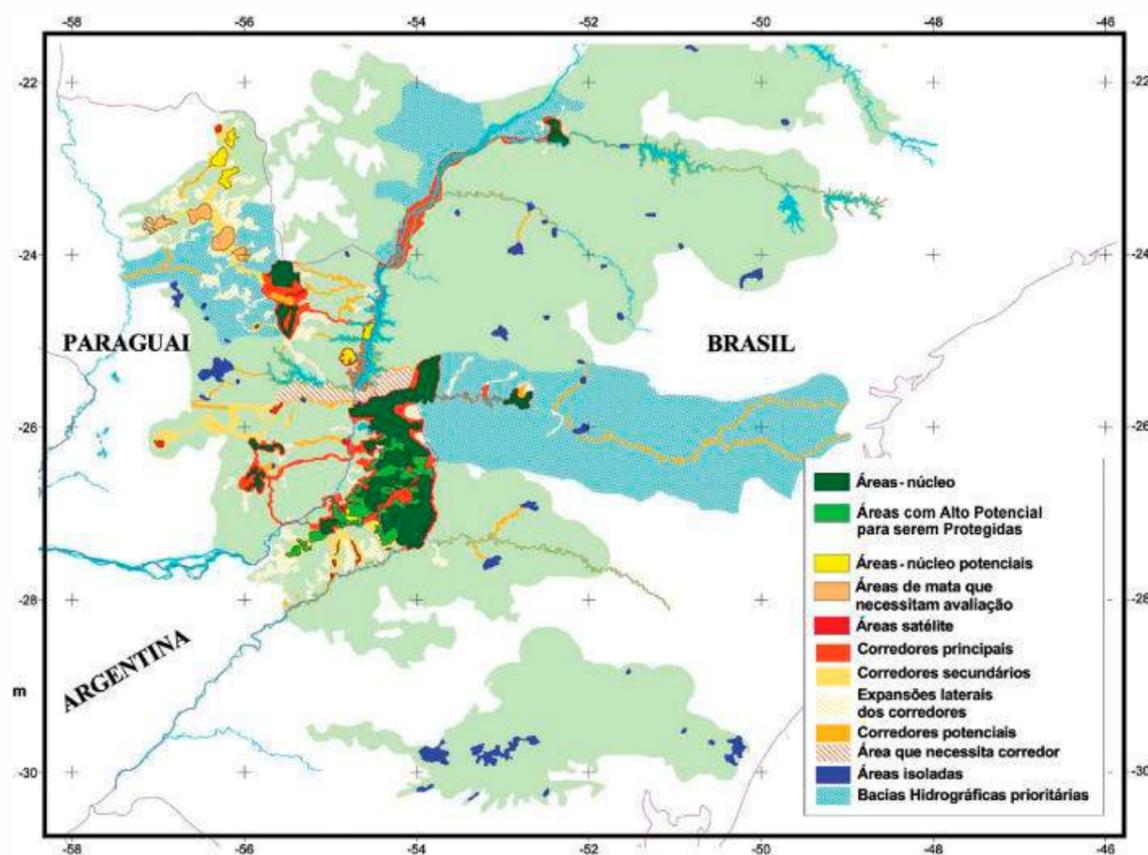


Parques Iguaçu (BR) e Iguazú (AR) – Áreas núcleos do corredor da Biodiversidade do Alto Paraná para uma estratégia de cooperação internacional de conservação.

Ecorregião Florestas do Alto Paraná

A ecorregião, que se estende a partir das encostas a oeste da Serra do Mar, no Brasil, até o leste do Paraguai e a província de Misiones, na Argentina, é a maior das 15 ecorregiões do bioma Mata Atlântica, totalizando uma área de mais de 471 mil km². Ao mesmo tempo é uma das mais ameaçadas, restando somente 12,5% da ecorregião.

A Mata Atlântica é uma espetacular fonte de bens e serviços. Nela é encontrada uma grande diversidade de espécies animais e vegetais, muitas delas ameaçadas de extinção, como a Onça-pintada (*Panthera onca*) e o Palmito-jussara (*Euterpe edulis*). A vegetação predominante é a floresta estacional semidecidual, mas as variações do ambiente local e tipos de solo possibilitam a ocorrência de outras comunidades de plantas, como as matas de galeria. Também desempenha um papel importante na conservação dos rios do Alto Paraná e seus afluentes.



Remanescentes florestais da Ecorregião do Alto Paraná. Crédito: Di Bitetti, M.S; Placci, G.; e Dietz, L.A. 2003

VISÃO DA BIODIVERSIDADE

É um documento acordado entre organizações governamentais e não-governamentais, que projeta como deveria ser a Ecorregião do Alto Paraná daqui 50 a 100 anos. A peça central da Visão é uma paisagem de conservação de biodiversidade (mapa), uma ferramenta que pode ajudar a planejar e monitorar as ações de conservação e desenvolvimento sustentável.

O QUE SÃO ECORREGIÕES?

As ecorregiões são unidades relativamente extensas de terra ou água contendo um conjunto distinto de comunidades naturais que compartilham grande parte de suas espécies, dinâmicas e condições ambientais. É na ecorregião que ocorrem os principais processos evolutivos e ecológicos que criam e mantêm a biodiversidade. Como as ecorregiões reúnem um conjunto lógico de comunidade biológicas que se inter-relacionam, é também a escala ideal para a realização de análises de representatividade (que nos dizem se todas as combinações de comunidades estão adequadamente amostradas na nossa estratégia de conservação) (DI BITETTI et al., 2003).

Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil) e Iguazú (Argentina) Guardiões da Biodiversidade

Existem mais semelhanças do que diferenças entre os parques Iguaçu e Iguazú: compartilham de uma formação vegetal única, de uma reserva importante de água, são atrativos turísticos de alcance internacional com grande visibilidade em seus países, como o conjunto das Cataratas do Iguaçu, de grande beleza cênica e, ainda, contém elementos históricos, sociais, culturais e econômicos, por vezes distintos, porém, convergentes.

Parque Nacional do Iguaçu (Brasil)

Criado em 1939, pelo Decreto Lei Federal 1035/1939, foi o segundo Parque Nacional no Brasil, tem 100% de sua condição fundiária regularizada e área total de 185.262 hectares. É gerido pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade e recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO em 1986.



Parque Nacional Iguazú (Argentina)

O Parque Nacional Iguazú é uma área protegida criada no ano 1934, com o objetivo de conservar as Cataratas do Iguaçu e a biodiversidade que as rodeia. Localizado no norte da província de Misiones, o parque conta com uma superfície de 67.600 hectares.



Patrimônio valorizado e conservado

Tendo em vista o reconhecimento dos valores excepcionais da região, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) concedeu o título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural ao Parque Nacional Iguazú em 1984 e, ao Parque Nacional do Iguaçu, em 1986. O objetivo da UNESCO é ajudar a garantir a preservação de bens de valor universal excepcional, incluindo a criação de um fundo e disponibilização de recursos para apoio à manutenção dos sítios; o monitoramento periódico e a definição de recomendações técnicas para o aprimoramento da gestão e preservação dos sítios.



A Convenção do Patrimônio Cultural e Natural, decretada em 1972, estabelece normas para a elevação de um bem à condição de patrimônio da humanidade, como critérios que confirmem seu excepcional valor universal, no foro estético ou científico (UNESCO, 1972). A Convenção tem grande aceitação pela comunidade internacional, com adesão de 190 países e 981 bens protegidos listados, sendo 759 culturais, 193 naturais e 29 mistos (UNESCO, 2013).

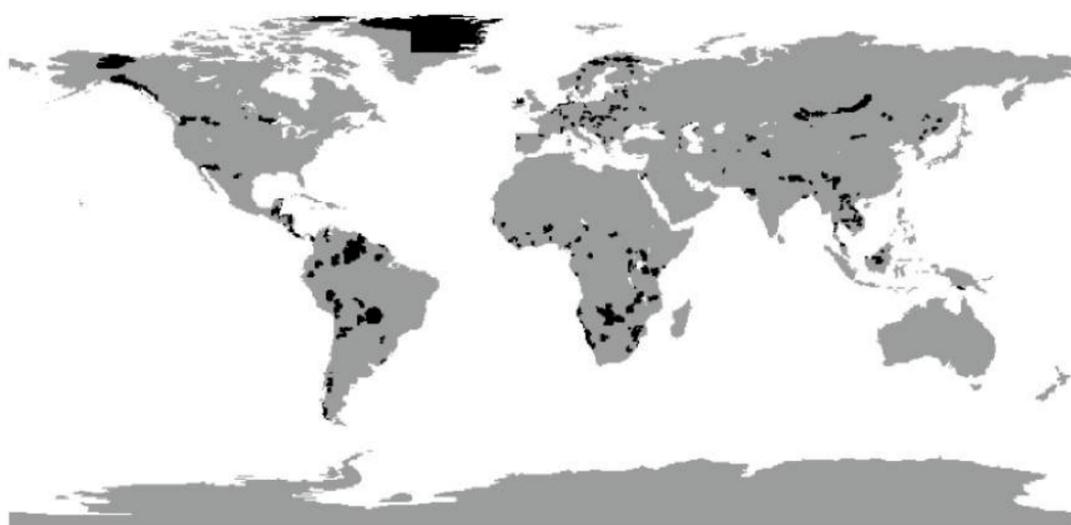
A definição de uma área como Sítio de Patrimônio Mundial possui implicações tanto do ponto de vista da valorização da identidade sociocultural e socioambiental, quanto do desenvolvimento econômico, uma vez que contribui para aprimorar o turismo, através do uso do título como um atributo da singularidade do patrimônio, como um atrativo “estrela”, muitas vezes de representação internacional capaz de atrair público estrangeiro.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ALÉM DAS FRONTEIRAS

Construção da ideia de conservação transfronteiriça

As primeiras iniciativas para criação e cooperação entre áreas protegidas localizadas na fronteira entre países são do século XVIII até o início do século XX e tinham como objetivo a proteção da soberania nacional. Em um contexto geopolítico, o estabelecimento dessas áreas na fronteira ajudou a conter avanços territoriais do país vizinho e resolver conflitos e celebrar a paz, como área neutra. Ao longo do tempo, uma nova concepção emerge, voltada para a conservação da natureza, em que há relação entre os gestores, como na consulta prévia e cooperação para ações que envolvem proteção e valorização do patrimônio natural e cultural destas áreas.

Atualmente, existem muitos exemplos de complexos de áreas protegidas fronteiriças em todos os continentes, localizadas na maior parte na Europa e, em menor parte, nas Américas, que, por outro lado, apresentam as maiores áreas (dimensão territorial).

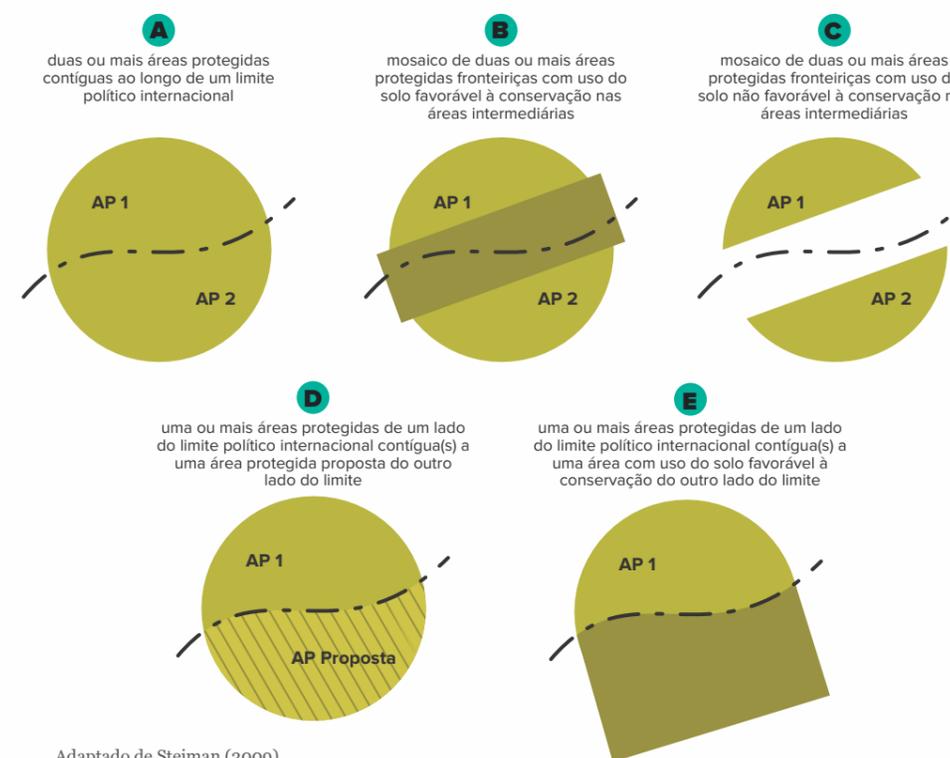


Áreas protegidas
Áreas Protegidas Transfronteiriças

IUCN and UNEP-WCMC (2007) The World Database on Protected Areas (WDPA) April 2007. Cambridge, UK: UNEP-WCMC

Denomina-se Área de Conservação Transfronteiriça ou Iniciativa de Conservação Transfronteiriça para designar áreas e processos geográficos onde a cooperação através das fronteiras surge com o propósito específico de alcançar objetivos conservacionistas (VASILJEVIC, 2012).

Tais complexos são formados muitas vezes por áreas protegidas de categorias diferentes de manejo e que podem ou não estar contíguas nas áreas de fronteira.



Adaptado de Steiman (2009).

Por exemplo, entre Brasil e Argentina existe uma única paisagem protegida a partir da mesma categoria de manejo, são parques nacionais, ou seja, ambos tem como objetivo primordial a proteção de ecossistemas relevantes e de grande beleza cênica. Originalmente, foram criados para garantir a soberania no território de cada país, mas hoje são um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica conservados no mundo.

Ecossistema / Paisagem



Categorias de áreas protegidas na fronteira.



A ONÇA NÃO TEM PASSAPORTE

Os enfoques ecossistêmicos auxiliam na determinação de uma estrutura para a gestão de áreas protegidas pensada regionalmente, mesmo quando ultrapassam os limites nacionais. Este é um forte argumento para o estabelecimento de estratégia de conservação de ecossistemas relevantes além das fronteiras (KROPF, 2013).

Novo paradigma para áreas protegidas do século XXI

A evolução do aprendizado sobre gestão da biodiversidade impactou positivamente as formas de tratar estes desafios para as áreas protegidas situadas em zonas de fronteira. Estes pensamentos e conceitos contribuíram para uma mudança de paradigma de gestão de áreas protegidas no mundo no século XXI, destacando-se as percepções sobre essas áreas como patrimônio natural, a visão de sistemas de paisagens protegidas, o manejo guiado por responsabilidades e deveres internacionais junto aos locais e nacionais, o desenvolvimento de redes e a visão de serviços ecossistêmicos.

ASPECTOS	EVOLUÇÃO
OBJETIVOS	De proteção apenas baseada no valor de natureza intocada para restauração, baseado no valor cultural da natureza.
GESTÃO	Do governo, tecnocrática para gestão compartilhada, política.
POPULAÇÃO LOCAL	De inimiga para decisora.
CONTEXTO REGIONAL	De ilhas de uma paisagem fragmentada para um sistema de paisagens protegidas numa região.
ABRANGÊNCIA	Responsabilidade nacional para responsabilidade multi escala, também local e internacional.
FINANCIAMENTO	Do fornecimento pelo Estado somente, para várias fontes.
CONHECIMENTO	Das ciências naturais para multidisciplinares, incluindo o conhecimento local.

(Fonte: Phillips, 2003, organizado por Kropf, 2014).

Novo paradigma para áreas protegidas do século XXI.

A partir da 1ª Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em 1962, as questões relacionadas à criação e ao manejo de áreas protegidas fronteiriças, começaram a ser estudadas e debatidas de modo sistemático e organizado, sendo fortemente recomendado o planejamento dos processos de cooperação para poder responder de modo efetivo aos seus objetivos de criação, bem como ao enfrentamento de questões globais.



Evolução das correntes filosóficas, práticas e estratégias de conservação de áreas protegidas no mundo, bem como da cooperação para a gestão – marcos temporais baseados nos Congressos Mundiais de Parques (Elaborado por Tamoios Inteligência Geográfica, 2015).

Instituições e nomenclaturas internacionais

Organizações internacionais ocupam um espaço de relativa importância neste tema, por buscarem o fomento à cooperação entre países e contribuírem para a visão da conservação da natureza numa dimensão territorial ampliada. Além disso, atuam através da educação, a partir do estímulo de ideias e valores, provendo capacitação de lideranças, tecnologias, pesquisa, eventos e ampliando as relações entre os envolvidos.

Destaca-se a IUCN, a Europarc, a Parks for Peace Foundation, a UNESCO e a iniciativa Global Transboundary Conservation Network.



União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) com o grupo de especialistas em conservação transfronteiriça (TBC - “Transboundary Conservation Specialist Group”) da Comissão Internacional de Áreas Protegidas (WCPA).



Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), especialmente relativa aos Sítios do Patrimônio e Reservas da Biosfera.



EUROPARC FEDERATION e sua rede, TransParcNet, com importante representatividade na Europa.



Peace Parks Foundation, principal atuação na África.



A rede mundial de conservação transfronteiriça - “Global Transboundary Conservation Network” - faz a ponte mundial entre as organizações.

Principais instituições e organizações internacionais que atuam no fomento da cooperação entre áreas protegidas.

Dentre os avanços na discussão destas instituições sobre áreas protegidas fronteiriças, estão as suas designações. O principal termo utilizado mundialmente é área protegida transfronteiriça (TBPA) que, no entanto, apresenta definições distintas para cada uma das instituições.

A definição estabelecida pela IUCN, especificamente sobre TBPA, apresenta o entendimento de que os territórios das áreas protegidas ultrapassariam as fronteiras dos países, para além dos limites de soberania ou jurisdição nacional, além de necessariamente envolverem a cooperação.

Área Protegida Transfronteiriça – TBPA (IUCN)

Áreas de terra e/ou mar que atravessam uma ou mais fronteiras entre estados, unidades subnacionais, como as províncias e regiões, áreas autônomas, e/ou áreas além do limite da soberania ou jurisdição nacional, cujas partes constituintes formam uma matriz que contribui para a proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados bem como a promoção do desenvolvimento econômico e social, e que são geridos de forma cooperativa através de meios legais ou outros efetivos.

Legitimidade da cooperação é o que torna uma área de fronteira como transfronteiriça, ou seja, a cogestão.

Área Protegida Transfronteiriça – TBPA (EUROPARC)

Área composta por duas ou mais áreas protegidas localizadas dentro de território de dois ou mais Estados, adjacentes à fronteira, cada uma permanecendo sob a jurisdição da respectiva parte.

Apesar de não incluir a cooperação como aspecto-chave, esta instituição é a maior promotora na Europa de iniciativas de conservação transfronteiriça e implementou em 2003 um sistema de verificação e avaliação de áreas protegidas transfronteiriças.

Parques para Paz (“Peace Park”) - Peace Parks Foundation

Áreas protegidas transfronteiriças que tem como propósito norteador a promoção da paz e cooperação ao lado da proteção da biodiversidade.

A cooperação também não é ressaltada nessa definição. Importante notar que a força do termo que une paz e parque é adotada amplamente no mundo incluindo situações que não se relacionam com os objetivos de conservação da biodiversidade ou de cooperação.

O termo usado regionalmente na África é Área de Conservação Transfronteiriça (TFCA ou ACTF).

Reservas da Biosfera Transfronteiriças (UNESCO)

Onde as áreas de cada lado de uma fronteira internacional estão inseridas numa reserva da biosfera designada nos termos do Programa Homem Biosfera da UNESCO.

Áreas de conservação transfronteiriça (como definido acima) estão mais próximas conceitualmente à reserva da biosfera, desde que atendam aos critérios de designação da UNESCO.

Sítios do Patrimônio Natural Transfronteiriços (UNESCO)

Onde as áreas protegidas de ambos os lados de uma fronteira internacional são designadas coletivamente como Patrimônio da Humanidade.

Principais denominações utilizadas por organizações internacionais para áreas protegidas situadas em zonas de fronteira.

Fontes: IUCN, 1988; Parks for Peace, 2014.

Evolução da cooperação

A cooperação é vista como um processo que pode contribuir para otimizar estes importantes espaços de conservação da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas em cada país, respeitando as suas realidades e diferenças. Os graus de cooperação podem variar e são definidos de acordo com as características de cada caso. A definição dos níveis estão fundamentados na frequência, intensidade e natureza das atividades realizadas.

NÍVEL	TIPO
NÍVEL 0	Cooperação inexistente.
NÍVEL 1	Cooperação pela comunicação: alguma informação sendo compartilhada.
NÍVEL 2	Cooperação pela consulta aos pares: notificação de ações emergenciais.
NÍVEL 3	Cooperação pela colaboração: comunicação e encontros (reuniões) frequentes, cooperação ativa em várias atividades.
NÍVEL 4	Cooperação pelo planejamento: reuniões regulares, coordenação de ações.
NÍVEL 5	Cooperação plena: integração em várias áreas.

Tipos e exemplos dos níveis de cooperação de áreas protegidas transfronteiriças. Fonte: adaptado de Zbicz 1999, Sandwith et al. 2001, Zbicz 2011.

A existência de recursos naturais que são compartilhados entre países presentes nas áreas protegidas já é razão suficiente para que exista cooperação. Corredores ecológicos contribuem para a proteção de ecossistemas em larga escala, migração de espécies, melhor controle de problemas relacionados com áreas de borda, como o controle de pestes e queimadas, desenvolvimento econômico e social, e para a formação de uma identidade regional.

As dificuldades para a cooperação são semelhantes às de áreas protegidas fora de fronteira, porém, podem se tornar mais evidentes devido à barreira política. Por outro lado, caso não haja cooperação, há uma série de riscos e custos envolvidos para estas áreas.

RISCOS DECORRENTES DA NÃO COOPERAÇÃO

- Menor capacidade para resolver crises ou ameaças na áreas;
- Maior risco em não atingir os objetivos de conservação;
- Menos potencial para captação de recursos;
- Maior gasto de recursos;
- Menos preparado para as possíveis alterações decorrentes da incerteza das mudanças climáticas;
- Posicionamento alheio às relações ecológicas e consequências disso;
- Ineficiência e abuso de atividades ilegais e insegurança em zonas fronteiriças;
- Aumento da indisposição e dificuldade de solucionar diversos conflitos que inevitavelmente surgem quando as políticas de conservação se mostram distintas em cada país.



Riscos decorrentes da não cooperação. Fonte: Danby (1997), Scolombe e Danby (2006), Hamilton et al. (1996), Vasilijevic (2012), organizado por Kropf, 2014).

Esta síntese sobre a cooperação em áreas protegidas fronteiriças serve como uma referência para a análise do nível de cooperação entre o Brasil e Argentina. Ressalta-se que áreas protegidas com níveis mais altos de cooperação apresentam maiores possibilidades de serem casos de sucesso em conservação da biodiversidade.

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (BR) E IGUAZÚ (AR)

Diagnóstico e oportunidades para a cooperação

Um importante passo para o fortalecimento da cooperação é o diagnóstico do potencial para a implantação da abordagem transfronteiriça. A partir do conhecimento do histórico das relações entre as áreas protegidas envolvidas e da disposição dos atores para empreender a iniciativa, é possível traçar um plano de ação para alcançar maiores níveis de cooperação.

Kropf (2014) realizou pesquisa sobre o entendimento da percepção e de possibilidades de cooperação binacional por parte da equipe de gestão dos parques nacionais do Iguaçu e Iguazú, bem como da sociedade civil, representada no Conselho Gestor do Parque Nacional do Iguaçu. Utilizou uma metodologia interdisciplinar para acessar esses elementos.

Para refletir:

“Fronteiras não são naturais, elas são criadas pelas pessoas. No entanto, as pessoas devem estar habilitadas a ultrapassá-las em benefício do nosso patrimônio natural e cultural” (Robert Brunner).

“As sementes da conservação transfronteiriça podem ser plantadas, regadas e nutridas, mas o crescimento vem de dentro, desde a base” (Dorothy Zbicz).

“Não sei de nenhum movimento político, nenhuma filosofia, nenhuma ideologia, que não concorda com o conceito de parques para a paz como nós vemos frutificando hoje. É um conceito que pode ser abraçado por todos. Em um mundo atormentado por conflitos e divisões, a paz é um dos pilares do futuro. Os parques para a paz são componentes essenciais neste processo, não só em nossa região, mas potencialmente em todo o mundo” (Nelson Mandela).



ANÁLISE DOCUMENTAL

- Planos de manejo institucionais dos dois Parques
- Relatórios sobre a conservação dos sítios da Unesco



ENTREVISTAS

- Equipe de gestão dos Parques
- Representantes da Sociedade Civil do conselho do Parque Nacional do Iguaçu (CONPARNI)



O roteiro de entrevista foi adaptado do instrumento “Ferramenta de diagnóstico para planejadores de iniciativa de conservação transfronteiriça”. É constituído por 92 questões que buscam acessar quatro temas: 1) Razões para iniciativas. 2) Identificação de atores. 3) Alcance geográfico, complexidade e estabilidade regional. 4) Competências envolvidas.

Esta pesquisa verificou que existe um histórico de relações entre as áreas protegidas, sendo o ponto focal da cooperação e degradação de entorno, a ameaça aos habitats e valores naturais. Há razões fortes para cooperar e as ações devem estar pautadas nos pontos fortes entre os parques a fim de minimizar os riscos do processo.

As dificuldades apresentadas contribuem para uma percepção de distanciamento entre o ideal e a prática da ação cooperativa, visualizada pela diferença de importância atribuída pelas equipes técnicas enquanto o valor e a importância da inserção na agenda

institucional. As principais forças que minam a iniciativa estão na esfera política e no desinteresse institucional, ou seja, nas barreiras ideológicas. O quadro abaixo sintetiza

RAZÕES PARA COOPERAR

- 1 - Existem espécies importantes para a conservação que utilizam áreas dos dois parques (98% dos entrevistados).
- 2 - A cooperação entre os parques pode melhorar o status de conservação das espécies ameaçadas (90% dos entrevistados).
- 3 - A cooperação transfronteiriça pode melhorar o status de conservação de espécies de importância para a conservação, cujo território ultrapassa a fronteira (83% dos entrevistados).
- 4 - A cooperação além das fronteiras ajuda a proteger, a restaurar, a manter ou a implantar o uso sustentável de qualquer habitat e/ou ecossistemas compartilhados (80% dos entrevistados).
- 5 - A região compartilha elementos culturais caracterizando uma identidade comum: questão indígena guarani, gastronomia, eventos desportivos, idioma portunhol, colonização, fronteira (tríplice fronteira), patrimônio histórico e cultural, mate/chimarrão, lenda das cataratas, missões jesuíticas e parque (76%).
- 6 - Mitigação de ameaças decorrentes das dimensões sociais, econômicas, institucionais e políticas sociais (64% dos entrevistados).
- 7 - A cooperação além das fronteiras pode reduzir significativamente as atividades ilegais como a caça, o movimento ilegal de imigrantes e o comércio ilegal (62% dos entrevistados).
- 8 - Há possibilidade de desenvolvimento, intercâmbio e promoção de produtos tradicionais e potencial de mercado de produtos regionais (47% dos entrevistados)
- 9 - Pode ajudar a melhorar as relações políticas entre os países (46% dos entrevistados).
10. Reduzir as ameaças aos valores culturais – em especial indígenas (38% dos entrevistados).
- 10 - Reduzir as ameaças aos valores culturais – em especial indígenas (38% dos entrevistados).

SITUAÇÃO DE BASE – FORTALEZAS E RISCOS PARA A COOPERAÇÃO DECORRENTES DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DO ARCABOUÇO GEOPOLÍTICO/LEGAL

FORTALEZAS

- Existem pessoas com visão e capacidade para torná-la atraente para os outros.
- A maior parte dos recursos para gerenciar a comunicação de forma regular e eficaz com os parceiros estão disponíveis: Telefone, Internet, Sala de reuniões, Veículos.
- Existe vontade em compartilhar recursos com os parceiros.
- A capacidade operacional e/ou técnica pode ser melhorada através da assistência mútua.
- Existem disposições legais para a troca de dados entre os parceiros.
- Iniciativas comuns para melhorar o estado do conhecimento sobre a biodiversidade e os recursos naturais das áreas protegidas poderiam ser exercidas conjuntamente.
- Atividades comuns de pesquisa foram implementadas com sucesso.

RISCOS

- Diferentes definições jurídicas entre os países sobre processos cooperativos.
- Diferentes níveis de competência profissional, p.e. desequilíbrio na formação da polícia ambiental quando comparada ao corpo de guarda-parques.
- Burocracia existente do lado brasileiro.
- O governo brasileiro não dá o apoio necessário para as atividades, refletindo em baixa vontade política.
- Falta de recursos financeiros disponíveis específicos para ações de cooperação.
- Há visão de que a cooperação pode gerar mais trabalho.
- Necessidade para assistência em recursos financeiros e/ou desenvolvimento de conhecimento e/ou equipamentos de fontes externas;

Áreas potenciais para cooperação

Proteção do patrimônio natural e cultural

A cooperação entre os setores de proteção e de guarda-parques é a mais emblemática entre os parques. Ocorre através de ações de fiscalização conjunta pelo rio Iguazu, visando apreensões de materiais de caça ou pesca e prisão dos infratores.



Equipes de fiscalização do ICMBIO e APN realizando atividade de integração e troca de experiências

As áreas protegidas representam uma política que define o uso da terra naquela porção, no entanto o seu entorno pode ser apropriado de diferentes maneiras, gerando disputa pelo seu uso, que muitas vezes não se relacionam com o objetivo da unidade de conservação. A exposição dos vetores de pressão comuns aos parques explicita, por um lado, a necessidade de ações conjuntas para a resolução ou minimização de conflitos ambientais, sendo por outro uma oportunidade para criação de iniciativas que potencializem a cooperação na gestão das áreas protegidas e a relação dessas com a comunidade do entorno.



Atividades ilegais que configuram conflitos socioambientais. Fonte: Parque Nacional Iguazú.

Pesquisa e manejo integrado



Equipes do projeto carnívoros de BR. Fonte: Carnívoros do Iguazu (2016) e projeto Yaguaretê na AR.

O projeto de pesquisa e monitoramento de grandes carnívoros, principalmente, a onça-pintada (jaguar, jaguaretê), foi um dos mais citados como exemplo de cooperação entre os países vizinhos. As atividades conjuntas envolvem uso de metodologia comum, troca de informação e de equipamentos. Este exemplo de interação pode ser potencializado em outros setores, como no manejo de espécies exóticas e de animais silvestres.



A interação entre fauna e visitantes, como no caso dos quatis, pode gerar mudanças nos hábitos de vida dos animais silvestres, além de acidentes, como mordeduras e aranhões. Esse é um problema comum, cuja solução também pode ser buscada conjuntamente, potencializando resultados positivos.

Fluxo de quatis na área de visitação do Parque Nacional Iguazú/ARG. (Fonte: Jean Pavão / Tamoios Inteligência Geográfica (2016).

Desenvolvimento do turismo sustentável e uso público

A mensagem mais importante que deve ser comunicada ao público é que a floresta é uma só: os parques compartilham a área de uso público, oferecendo um circuito turístico comum; realizam ações de proteção conjuntas; algumas espécies se movem e usam o território independentemente da fronteira política. Essas informações podem ser divulgadas por materiais impressos, em ambas as línguas, português e espanhol. Além disso, aspectos da cultura Guarani e dos colonos pioneiros poderiam ser incluídos. O chefe do Parque Nacional do Iguazu, Ivan Baptiston, sugeriu uma avaliação no parque vizinho para observar como será feita a incorporação da medida desde o outro lado do rio.

“É necessário mudar o conceito de turista pelo de visitante, já que este é um possível sujeito da transformação e não um mero consumidor de paisagens. O Parque Nacional do Iguazu não pode seguir sendo um parque de diversões, deve converter-se em uma área de experiências educativas”. (Ivan Baptiston)

As pessoas cooperam em duas situações: quando encaram uma crise ou ameaça à qualidade de vida, ou proativamente, antes da crise ou ameaça, porque existe uma visão de oportunidade ou benefício (ERG et al., 2012).

ESTRATÉGIAS DE MANEJO INTEGRADO BASEADO EM SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

A avaliação da cooperação tendo como base o olhar a partir de serviços ecossistêmicos é considerada uma inovação como estratégia de manejo. Há um grande potencial de geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais, tanto na forma de pagamentos diretos, quanto na forma de outros incentivos econômicos, ou ainda através de ações pró-desenvolvimento local (emprego e renda) decorrentes dos projetos beneficiários dos pagamentos. A partir das diretrizes internacionais foram definidos elementos a serem considerados para avaliação de manejo integrado a partir de serviços ecossistêmicos.

- Preparação conjunta de propostas de projetos para captação de recursos;
- Construção de estruturas organizacionais conjuntas;
- Funcionamento e processo de adoção de frameworks de valoração de serviços ecossistêmicos comuns;
- Processos conjuntos de identificação de oportunidades de atividades baseadas em serviços ecossistêmicos;
- Sistema e procedimentos de conservação comuns frente aos vetores de pressão e atividades, incluindo monitoramento e avaliação;
- Treinamentos conjuntos em valoração dos serviços ecossistêmicos;
- Trocas de vivências e experiências;
- Procedimentos, sistemas de comunicação e engajamento de atores sociais para adoção da unidade de conservação enquanto espaço potencial para a geração de negócios e atividades;
- Estudos sobre os sistemas jurídicos dos dois países para melhor integração e harmonização das atividades de mercado.

BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS

Devido ao pouco entendimento do manejo a partir de serviços ecossistêmicos foram estudados casos mundiais de boas práticas de cooperação com essa abordagem. Com isso, foi possível criar um referencial de excelência para os parques nacionais do Iguazu e Iguazú.

Com base em critérios e passos predefinidos, foram selecionados nove casos, em três continentes:



Mapa dos casos para análise do benchmarking. Fonte: Protected Planet, IUCN, 2012; Elaborado por Tamoios Inteligência Geográfica, 2015.

Um dos critérios utilizados para seleção foi o reconhecimento internacional e regional das áreas pelo valor simbólico e consequente contribuição para a conservação da biodiversidade e provimento de serviços básicos que sustentam a vida e garantem o fortalecimento da identidade humana.

Viagens de aprendizado

Foram selecionados dois casos para a realização de viagens de aprendizado para a equipe dos parques. O objetivo primordial foi proporcionar intercâmbio de experiências entre gestores e instituições responsáveis pela gestão de parques localizados em áreas de fronteiras internacionais, de modo a aprimorar os processos de cooperação para a conservação e o manejo. Essas áreas foram escolhidas considerando dois grupos de critérios principais:

Critério 1

- **ações conjuntas de proteção e manejo – incluindo processos de monitoramento; realização e compartilhamento de pesquisas;**
- **gestão integrada do uso público, com foco especial no turismo e na produção local associada;**
- **aproximação com a comunidade do entorno, de modo a potencializar oportunidades sociais, econômicas e culturais.**

Critério 2

- **governança do tipo “top-down” ou “by third part”, com participação de ONGs e a partir dos governantes;**
- **controle fronteiriço e proteção da soberania nacional;**
- **áreas grandes, problemas semelhantes como caça furtiva e extrativismo ilegal;**
- **instituições ambientais com pouco orçamento e apoio político, além de equipe insuficiente.**

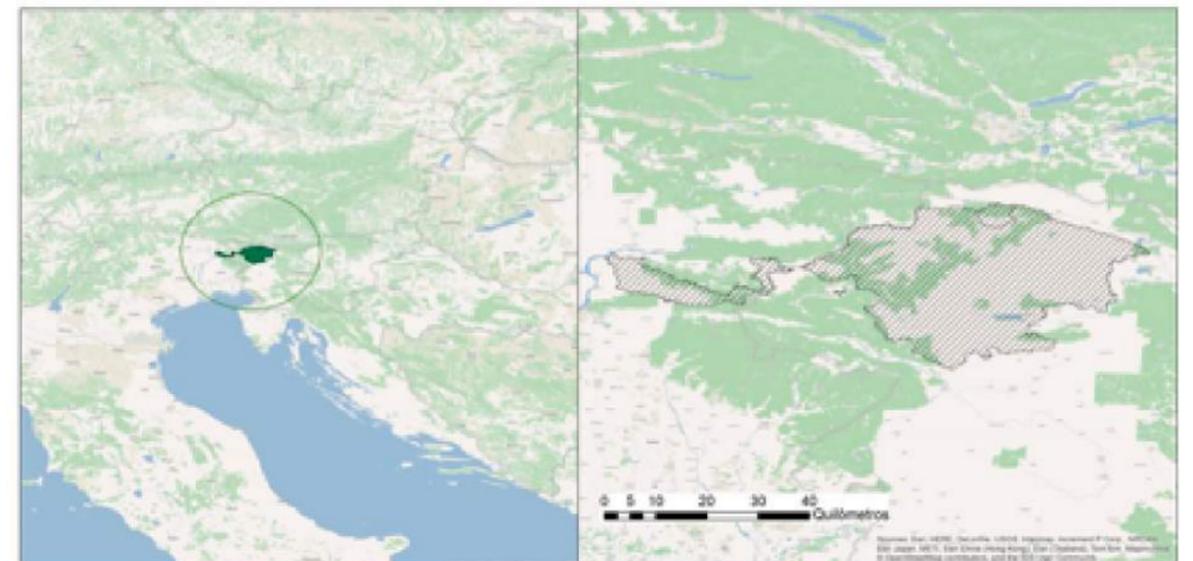
As viagens aportaram novas ideias para os participantes, além de ajudar a entender a materialização da cooperação na prática diária da gestão. Houve uma valorização da realidade vivida pelos parques e dos avanços obtidos. Os participantes mostraram uma maior motivação para agir em prol da cooperação e determinados a buscar uma formalização que ofereça maior liberdade para realização de ações conjuntas, inclusive das que já estão em processo. As atividades também propiciaram uma maior aproximação entre as equipes, reforçando o contato pessoal, um fator importante na determinação do nível de cooperação e que não pode ser imposta, só acontecerá se a necessidade de cooperar é percebida e se existe vontade e permissão para estabelecer os laços.

Parques Transfronteiriços Europeus

A primeira viagem contemplou duas áreas protegidas fronteiriças na Europa, incluindo participação na conferência anual da Europarc Federation. Os parques Parco Naturale Prealpi Giulie e Parque Nacional Triglav (Itália / Eslovênia respectivamente) fazem parte da Ecorregião Transfronteiriça dos Alpes Julian e são certificados como área protegida transfronteiriça desde 2009. O reconhecimento da cooperação nasceu do desejo de superar os limites administrativos, ao longo de uma fronteira que durante séculos foi local de conflitos, buscando celebrar a paz e promover o desenvolvimento sustentável.

O complexo denominado Parque Transfronteiriço do Gerês/Xurés foi criado em 1997 para fomentar o estabelecimento de normas para a defesa, preservação e conservação dos valores naturais de ambos os parques. Em 2009, foi concedido o título de Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês/Xurés, representando o esforço comum entre as entidades dos dois países na definição de metas e de prioridades de ação.

Ecorregião Transfronteiriça dos Alpes Julian (Itália e Eslovênia)



A Europarc Federation é a maior ONG europeia que funciona como uma associação entre as diferentes entidades, criando uma rede de contatos (“network”) sobre as áreas protegidas. Foi fundada em 1973, partindo do princípio que a proteção da natureza ocorre melhor através da cooperação internacional. Possui um processo de certificação da cooperação de áreas protegidas transfronteiriças denominado “Following nature design” (Seguindo o design da natureza), contando com 10 áreas certificadas na Europa.



Participantes da viagem em reunião no Parco Naturale do Prealpi Giulie. Fonte: Fabricio Matheus / WWF-Brasil, 2016.

Parque Transfronteiriço Costa Rica / Panamá

Uma segunda viagem teve como destino o Parque Internacional La Amistad (PILA), entre a Costa Rica e o Panamá. As áreas protegidas estão inscritas conjuntamente como Sítio Transfronteiriço do Patrimônio Natural Mundial da UNESCO, com um bom quadro intergovernamental para a gestão cooperativa. O parque internacional é também área núcleo da Reserva da Biosfera La Amistad, que inclui outras áreas em ambos os países. A eleição do PILA como destino para o intercâmbio de aprendizagens respondeu a diversos fatores.

O fato de ser composto por várias unidades de conservação pertencentes a categorias diferentes em um mosaico e a diversidade de biomas que compreende, alguns de grande similaridade com a Mata Atlântica, conferem ao PILA um particular interesse de estudo. Por outro lado, a criação da Unidade Técnica e Executiva de Gerenciamento do PILA, composta por ambos países, como resultado da história de cooperação entre eles constitui outro elemento de interesse, como também assim é a vasta experiência que possuem na inclusão de serviços turísticos de base comunitária.

Parque Internacional La Amistad (Costa Rica e Panamá)



PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

- O valor dado ao patrimônio, percebido no cuidado da incorporação dos elementos históricos, culturais e ambientais, nos centros de visitantes, na venda de produtos locais e na manutenção de construções e ruínas históricas dentro das áreas.
- A promoção de negócios baseados em serviços ecossistêmicos parece ser o ponto de partida para a valorização do patrimônio dos parques em foco.
- A cooperação pode e deve ser feita independente da formalização.
- Para assegurar cooperação permanente entre equipes de cada área em todos os níveis é importante a criação e acompanhamento de indicadores de avaliação.
- A mensagem mais importante a ser ressaltada para a comunidade é que a floresta é uma só e que cooperar potencializa os esforços de conservação.





Equipe participante da viagem de aprendizagem à Costa Rica. Fonte: Fabricio Matheus / WWF-Brasil, 2016.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

- A importância da convergência de objetivos de conservação para o sucesso da cooperação.
- A necessidade de desenvolver estratégias que promovam benefícios para a região através do aproveitamento sustentável dos serviços ecossistêmicos, de maneira a integrar os aspectos econômico, comercial, social, ambiental e político.
- Há um grande esforço dos gestores em trabalhar com e para a comunidade mediante o diálogo constante, apoio e fortalecimento das capacidades locais, tanto de indivíduos quanto das organizações, especialmente para a concessão dos serviços não essenciais.
- A formalização que designa o PILA enquanto unidade internacional através de uma comissão binacional de gestão e de estratégias de harmonização do plano de manejo das unidades em cada país é um exemplo que pode ser considerado para os parques brasileiro e argentino.



Estratégias destinadas à coparticipação da comunidade vizinha dos parques na sua gestão geram nas pessoas uma consciência de pertencimento ao espaço e auto reconhecimento como atores importantes nos processos de transformação e conservação do local. Portanto, é imprescindível o esforço para envolver a comunidade, sendo importante a implementação de atividades baseadas em serviços ecossistêmicos.

ATIVIDADES PARA FORTALECIMENTO DA REDE DE COOPERAÇÃO

Visitas técnicas de integração entre produtores rurais de Andresito e Capanema

A Fundação Vida Silvestre Argentina (FVSA) compartilhou suas experiências de trabalho com a comunidade do entorno do Parque Nacional Iguazú para a associação de agricultores de Capanema. Mostrou as ações que vem realizando junto com a Prefeitura de Andresito, em um projeto de fomento da agricultura familiar com boas práticas.

As boas práticas do projeto da FVSA incluem:

- 1) produção de alimentos com base em técnicas agroecológicas;
- 2) pagamento pelos serviços ambientais sem transferência de dinheiro, mas com contrapartida de assistência técnica e;
- 3) fornecimento de insumos destes alimentos para hotéis da cidade de Puerto Iguazú.



Grupo participante da atividade de integração. Fonte: Daniel Mol / Tamoios Inteligência Geográfica, 2016.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

Foram realizadas trocas de experiências e conhecimentos. Os agricultores de Capanema aprenderam sobre o sistema de pagamentos por serviços ambientais baseados em serviços praticados em Andresito. Já os técnicos da prefeitura de Andresito e os agricultores argentinos, puderam conhecer um pouco do sistema de organização associativa praticado no município brasileiro vizinho.



Intercâmbio entre as equipes dos Parques e Concessionárias de cada país

A atividade de intercâmbio e integração em cada parque foi pensada no intuito de apresentar cada parque ao seu vizinho, sendo convidados os atores com relação direta à recepção de visitantes. Além de propiciar o conhecimento do funcionamento da instituição, dos atrativos e estruturas, a ação potencializa a criação de vínculos entre as pessoas e o local, questão imprescindível para a conservação.



Integração do Uso Público. Fonte: Jean Pavão / Tamoios Inteligência Geográfica, 2016.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

Os participantes desta atividade expressaram a necessidade de buscar o estímulo do turismo de uma forma mais alinhada à conservação com ações de interpretação ambiental conjuntas, como a produção de mapas binacionais, eventos temáticos e publicações de modo a valorizar mais o conjunto da ecorregião. Intercâmbios deste tipo deveriam ser realizados com regularidade, já que a troca de experiências e saberes entre os funcionários de ambos os parques poderia aprofundar o sentimento de pertencimento.



Atividade conjunta de limpeza do Rio Iguaçu no Dia Mundial da Água.

O Dia Mundial da Água (22 de março) é uma data comumente celebrada isoladamente pelos parques. Como proposta de atividade para estimular a integração entre os parques, as equipes argentinas e brasileiras foram provocadas a realizar a atividade de forma simultânea. Também foram convocados para a atividade outras instituições, organizações e empresas relacionadas com os parques.



Visita do gestor do PNI/ARG durante a atividade do Dia Mundial da Água no parque brasileiro. Fonte: Jean Pavão / Tamoios Inteligência Geográfica, 2016.

Oficina de revisão do plano de manejo brasileiro na Argentina

Um dos itens mais importantes no planejamento da cooperação é a harmonização dos planos de manejo, que no momento desta publicação estão sendo revisados por ambas as instituições. A partir do presente projeto, foram apoiadas oficinas participativas na etapa de diagnóstico da revisão do plano de manejo do parque brasileiro. Foram projetadas cinco reuniões comunitárias e oito reuniões setoriais, reservando aos atores argentinos uma oficina específica para ouvir suas contribuições.



Participantes da oficina sobre Plano de Manejo no PNI/ARG. Fonte: Jean Pavão / Tamoios Inteligência Geográfica, 2016.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

A comemoração integrada do Dia da Água é um exemplo de como pequenas ações do dia a dia das unidades de conservação podem ser potencializadas mediante a cooperação. E é esta prática diária o ponto focal para a realização da cooperação. Neste caso, aumentou a visibilidade da atividade e se estendeu o compromisso da limpeza do rio a outros atores. Esta data é carregada de um simbolismo importante para a cooperação, uma vez que o rio, percebido como o mais importante divisor da fronteira política, se transforma em um elemento que confere unidade ao ecossistema.



PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

A oficina de revisão do plano de manejo gerou resultados que podem ser usados para harmonização dos planos de manejo dos parques, como para a construção de indicadores de acompanhamento da cooperação. Os participantes expressaram entusiasmo e expectativas positivas, como também sugeriram a realização de atividade similar para a revisão do plano de manejo do parque argentino.



Encontro “Cooperação sem Fronteiras: Áreas protegidas próximas a limites internacionais”

Este evento foi concebido de maneira a propiciar um espaço potencializador do compartilhamento de experiências a respeito dos fatores ressaltados nas atividades de intercâmbio. Espera-se que os resultados do encontro, assim como dos produtos elaborados a partir dele, sirvam como norteadores e estimuladores para atingir maiores níveis de cooperação.

O encontro foi realizado nos dias 6 e 7 de junho de 2016, na sede dos parques, e teve como principais objetivos:

- Explicar ações e limitações da Conservação Transfronteiriça como forma de aproximar o ambiente acadêmico de discussões das questões ambientais locais/globais.
- Compartilhar e discutir as principais aprendizagens das viagens de aprendizado realizadas.
- Buscar entender os desafios e oportunidades da conservação transfronteiriça, com foco no corredor binacional formado entre os Parques Nacionais do Iguazu (BR) e Iguazú (AR);
- Validar uma estrutura de trabalho conjunto entre os parques mencionados e;
- Celebrar oficialmente a cooperação.



Participantes do evento. Fonte Jean Pavão / Tamoios Inteligência Geográfica, 2016.

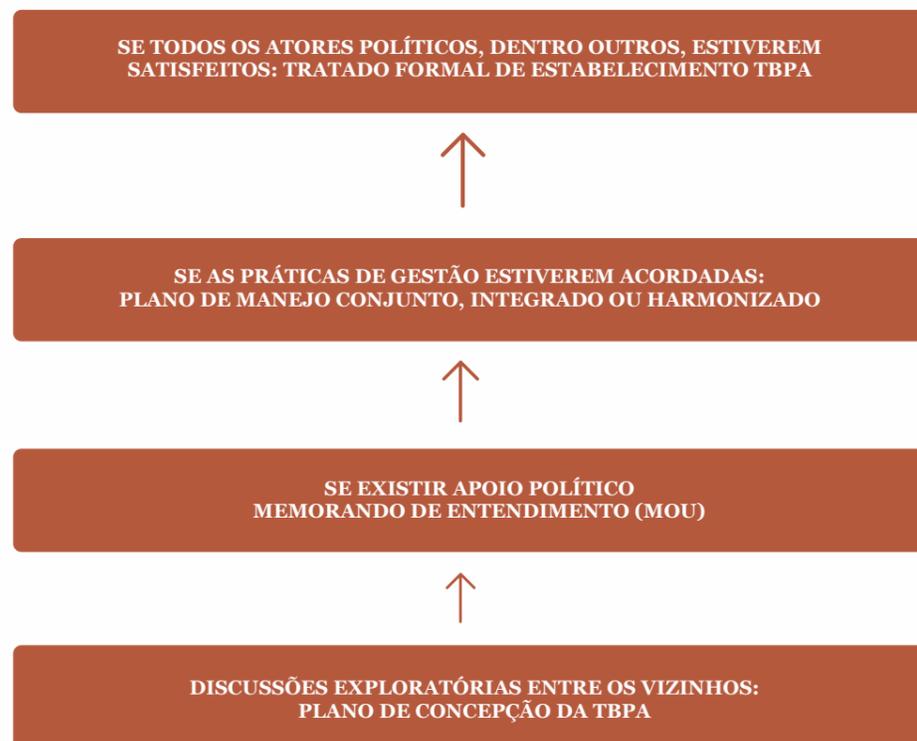
PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

Foi possível refletir e discutir questões relacionadas com conceitos diferentes sobre o que é e o que implica a conservação em áreas protegidas fronteiriças. A visão de conservação da natureza deve ser ajustada de maneira a criar uma visão compartilhada, que deve ser incorporada nas diretrizes de cooperação, garantindo que todos os envolvidos estejam conscientes.



Formalização e planejamento da cooperação

Os parques possuem um histórico de relações que subsidiam uma formalização da cooperação que envolva diretamente as instituições gestoras dos parques, permitindo uma interação mais qualificada e com menos burocracias. Nessa direção, instrumentos formais entre os parques devem ser estimulados e formalizados, de acordo com o avanço da cooperação.



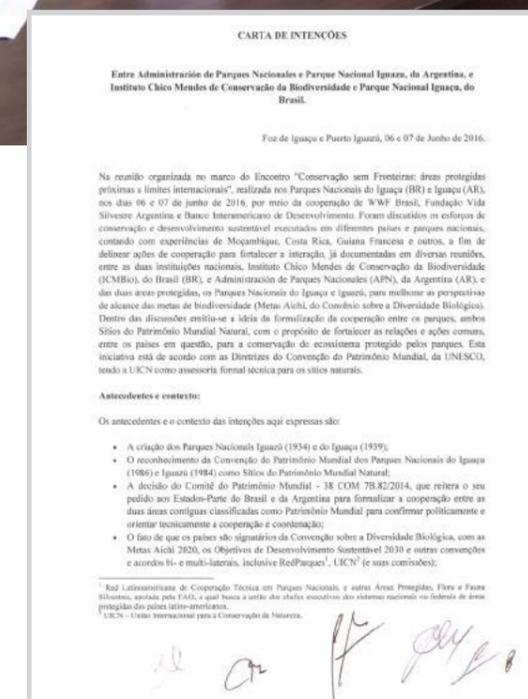
Etapas chave no desenvolvimento de acordos internacionais no desenvolvimento da Área Protegida Transfronteiriça. Adaptado de Braack et al. 2006.



Acordos formais podem ser usados em altos níveis para articular a visão comum e designar a área protegida como transfronteiriça, além de harmonizar a legislação ou casos específicos da cooperação. Para cada objetivo pode ser utilizado um tipo de acordo, desde os mais informais até os formais, como apontado por Braack et al. (2006).

Carta de intenções

No âmbito do projeto, foi firmada a parceria entre as instituições através da assinatura de uma carta de intenções entre as instituições gestoras. Apesar de ser um documento informal, tem forte valor simbólico. A formação de acordos desse tipo ajuda a conciliar interesses, garantir participação, capacidade e melhorar o clima político.



Conteúdo da carta

- Antecedentes e contexto das intenções
- Benefícios esperados
- Ações propostas no nível nacional, regional e local

Plano de Implantação da Cooperação

Com base na revisão teórica especializada, entrevistas com os gestores dos parques e outros atores estratégicos, e das atividades realizadas, foram definidas sete linhas de ação norteadoras da cooperação para subsidiar a formulação de um plano de implantação.

1	FORMALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO E VISÃO COMUM ENTRE PAÍSES E INSTITUIÇÕES	Documentos e acordos, em escala crescente de formalização, evidenciando a visão comum e vontade de cooperar das áreas protegidas fronteiriças envolvidas.
2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COMUM	Estabelecimento de estruturas organizacionais focadas na cooperação, ou seja, que facilitem a troca de informações e experiências.
3	PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO	Coordenação conjunta nas áreas prioritárias para a cooperação e na elaboração dos regulamentos.
4	RELAÇÕES E FORTALECIMENTO DAS EQUIPES, PROCESSOS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO INTERNOS	Condução de procedimentos que facilitem a comunicação, relação e desenvolvimento das equipes para aprimorar os processos cooperativos.
5	ESTRATÉGIAS PARA A COMUNICAÇÃO EXTERNA CONJUNTA (RELAÇÕES PÚBLICAS)	Agenda de ações com vistas para aprimorar a relação e visibilidades dos parques com o entorno e público em geral.
6	ATIVIDADES E PROJETOS CONJUNTOS	Agenda de atividades e projetos comuns, considerando os objetivos e prioridades de manejo das áreas protegidas.
7	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	Disponibilização/captação/geração de recursos financeiros específicos para atividades da cooperação.

O plano em desenvolvimento inclui 32 ações contempladas em cada linha, a situação atual e o cenário futuro esperado da cooperação, indicadores de acompanhamento da realização das ações, os meios de verificação, prazos e responsáveis.

Para uma melhor compreensão da possibilidade de implantação das ações, foi preparado um cronograma dentro do prazo de dez anos, considerando o tempo de revisão dos planos de manejo dos parques. Outro aporte importante para a construção do plano é a identificação dos atores estratégicos identificados ao longo do projeto que podem ser envolvidos na iniciativa.

Espera-se que esse material seja desdobrado em ações concretas para as áreas prioritárias da cooperação entre os parques, tais como a inclusão de ações e diretrizes comuns nos planos de manejo, articulação para resolução do trânsito de servidores entre os dois países, entre outros. Pode ser também o começo de um sistema de monitoramento supranacional das atividades conjuntas. Esta é uma proposta audaciosa sem precedentes no mundo, que envolveria a criação de mecanismos transnacionais para viabilizar uma visão de um parque único. Esta ideia pode ser concretizada em 10, 20 ou até 50 anos, tendo como inspiração o marco estratégico apresentado nesse documento.



Representantes de instituições que atuam em áreas protegidas no Brasil e na Argentina. Fonte Jean Pavão, 2016.

O caminho adiante

O reconhecimento de um novo paradigma de conservação da natureza, pautado em abordagens mais integradoras, parece ser crucial para a gestão de áreas protegidas, especialmente aquelas localizadas na fronteira entre países. A abordagem ecossistêmica favorece este processo ao estabelecer princípios ancorados em escalas mais amplas de análise e processos participativos.

No caso das áreas protegidas fronteiriças, a cooperação entre as equipes gestoras, comunidades locais e academia é o aspecto chave para que se atinjam os objetivos de conservação da biodiversidade. A gestão de parques numa perspectiva integrada pode levar a resultados positivos para a conservação da biodiversidade, no entanto, existem desafios para alcançar maiores níveis de cooperação, como os legais, políticos e financeiros.

Em um alto nível de cooperação, o planejamento é completamente integrado e, quando aplicável, baseado no ecossistema, o que implica tomada conjunta de decisões e objetivos compartilhados. Os ícones abaixo indicam as principais dimensões a serem consideradas.



Planejamento completamente integrado



Plano de manejo conjunto



Cooperação na administração



Comitê de decisões conjuntas

ASPECTOS DO NÍVEL 5 DE COOPERAÇÃO.

Cooperar representa um círculo virtuoso criativo de engajamento e de busca de soluções. Já a não cooperação representa uma estagnação das pessoas, dispêndio de energia sem um alcance efetivo para a conservação da biodiversidade. Com isso, pensar nestas dimensões pode ajudar os parques brasileiro e argentino a organizar as suas ações de cooperação e, por consequência, otimizar a gestão do ecossistema.

Espera-se que as informações contidas nesse documento possam subsidiar ações em prol da cooperação e, em última instância, para a proteção dos demais seres vivos que tem o Corredor Binacional do Iguaçu como habitat, independente das fronteiras.

REFERÊNCIAS

BRAACK, L., et al. **Security Considerations in the Planning and Management of Transboundary Conservation Areas.**Gland, Switzerland and Cambridge: IUCN, 2006.

DANBY, R.K. **International transborder protected areas: experience, benefits, and opportunities.** *Environments*, v. 25, n. 1, p. 3-14, 1997.

DI BITETTI, M.S.; PLACCI, G.; e DIETZ, L.A. **Uma visão de Biodiversidade para a Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata Atlântica: planejando a paisagem de conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades para ações de conservação.** Washington, D.C.: World Wildlife Fund, 2003.

ERG, B. et al. (eds.). **Initiating effective transboundary conservation: A practitioner's guideline based on the experience from the Dinaric Arc.** Gland, Switzerland and Belgrade, Serbia: IUCN Programme Office for South - Eastern Europe, 2012. 98p.

HAMILTON, L.S. et al.. **Transborder Protected Area Cooperation** Gland and Switzerland: IUCN/Australian Alps National Parks, 1996.

KROPF, M.S. **Áreas protegidas fronteiriças. Perspectivas geográficas**, v.8, n.9, p.1981-4801, 2013.

KROPF, M.S. **Ultrapassando Fronteiras na Gestão da Biodiversidade: o caso dos Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil) e Iguazú (Argentina).**Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

PHILLIPS, Adrian. Turning ideas on their head; the new paradigm for protected areas. In: JAIRETH, Hanna; SMYTH, Dermot (Eds.). **Innovative governance: indigenous peoples, local communities and protected areas.** New Delhi: Ane Books, 2003.

SANDWICH, T. et.al. **Transboundary protected areas for peace and cooperation** Gland and Cambridge: IUCN, 2001.

SLOCOMBE, D. S.; DANBY, R. **Transboundary Protected Areas, Connections and Conservation.** Ontario: Parks Research Forum of Ontario, 2006. Disponível em: <http://casiopa.mediamouse.ca/wp-content/uploads/2010/05/PRFO-2006-Proceedings-p7-18-Slocombe-and-Danby.pdf>. Acesso em: 20 de maio, 2013.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural** Paris: UNESCO, 1972.



STEIMAN, R. A conservação na fronteira, a fronteira na conservação. In: Oficina de Trabalho Gestão da Política Regional: Experiências Brasileiras e Europeias, III, 2009, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Ministério da Integração Regional e Direção Geral de Política Regional da União Europeia, 2009.
Wright Society, 1999.

_____. **Lista do Patrimônio Mundial em Português.** 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>. Acesso em: 5 de dez. 2013.

VASILJEVIĆ, M. Transboundary conservation areas: History and global trends. In: ERG, B. et al. (eds.). **Initiating effective transboundary conservation**: A practitioner's guideline based on the experience from the Dinaric Arc. Gland, Switzerland and Belgrade, Serbia: IUCN Programme Office for South-Eastern Europe, 2012. 98p.

ZBICZ, D. **Transboundary Cooperation between Internationally Adjoining Protected Areas.** In: HARMON, D. (Ed.). On the Frontiers of Conservation. Michigan: George Wright Society, 1999.

ZBICZ, D. **Imposing Transboundary Conservation.** Journal of Sustainable Forestry, v.17, n.1-2, p.21-37, 2011.

